

RELATÓRIO

ENQUADRAMENTO LEGAL

1. Dispõe o artigo 46º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que os orçamentos municipais incluem, entre outros, um “Relatório que contenha a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes” (alínea a) do n.º 1 do artigo 46º Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação em vigor).

2. Por seu turno, o artigo 9º-A da mesma Lei estabelece um conjunto de princípios gerais a que os orçamentos municipais devem obedecer, agora destacando-se o referido no seu n.º 2:

“A elaboração dos orçamentos anuais é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental e tem em conta as projeções macroeconómicas que servem de base ao Orçamento do Estado.”

3. O artigo citado no ponto 1 vem incluído no Capítulo IV da Lei n.º 73/2013, titulado como “Regras orçamentais”, abarcando os artigos 40º a 47º, dispondo este último, sob o título “Regulamentação”, o seguinte:

“Artigo 47º - Os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei.”

4. Embora estejam passados mais de 9 anos, não consta que a referida regulamentação tenha sido publicada.

O CENÁRIO MACROECONÓMICO

5. Conforme já foi citado (vd. ponto 2) o Orçamento Municipal deverá constituir uma projeção dum quadro plurianual de programação orçamental que atenda às projeções macroeconómicas que serviram de base ao Orçamento do Estado.

6. Aquelas projeções foram divulgadas no passado dia 10 de outubro, aquando da apresentação, na Assembleia da República, da proposta de Orçamento do Estado para 2024. Nas suas vertentes fundamentais, são os seguintes os traços primordiais do cenário apresentado:

	2022	2023 (est.)	2024 (prev.)
PIB	6,8	2,2	1,5
Consumo privado	5,6	1,1	1,1
Consumo público	1,4	2,0	2,3
Investimento (FBCF)	3,0	1,3	4,1
Exportações	17,4	4,3	2,5
Importações	11,1	1,8	3,2
Taxa de inflação (IHPC)	8,1	5,3	3,3
Taxa de desemprego	6,0	6,7	6,7

Fonte: Proposta de Orçamento do Estado para 2024 (Relatório)

7. Numa breve leitura, por cada um dos anos referidos no quadro supra, permitimo-nos alinhar as seguintes conclusões:

- que o ano de 2023 ainda apresenta uma taxa de inflação elevada, mas já se reflete uma situação de decréscimo (o “pico” terá sido atingido em outubro de 2022), tendo os restantes indicadores apresentados resistido positivamente a esta situação adversa, com exceção da taxa de desemprego (que deslizou ligeiramente) e do investimento – que porventura é o indicador que apresenta maiores dificuldades em

atingir os valores que, nos últimos anos, sucessivamente têm sido previstos.

- que o ano de 2024 projeta uma situação internacional adversa iniciando porventura uma nova situação de conflito grave ou mesmo extremamente grave se provocar uma internacionalização de conflitos.

OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE ALCÁCER DO SAL PARA 2024

8. Tendo-se realizado, ainda que brevemente, o enquadramento conjuntural que vivemos, importa agora centrar a atenção nos documentos previsionais do Município de Alcácer do Sal.

9. O Orçamento que o executivo municipal apresenta prevê uma Receita e uma Despesa de cerca de 49,7 milhões de euros, sendo que mais de 63% deste valor está inserido em projetos, percentagem maior que no ano anterior.

10. Destaca-se que, dos documentos previsionais que se apresentam, constam um total de 17 projetos cofinanciados, que oneram o Orçamento de 2024 em cerca de 4,9 milhões euros. Quanto à partição entre Capital e Correntes, analisada sob a perspetiva da despesa, verifica-se que aquele cobre cerca de 26,8%, enquanto este ronda os 73,2%, ali se incluindo mais de 13,2 milhões de euros no Plano Plurianual de Investimentos, enquanto quase 18,5 milhões estão reservados às Ações Mais Relevantes.

11. Tal como no ano transato, a seguir apresentam-se os valores e o peso relativo, por grandes tipos de funções, em face dos montantes inscritos nas Grandes Opções do Plano (PPI+AMR):

Grandes Opções do Plano 2024-2028

Designação	€	%
Melhoria dos serviços municipais	3 382 500,00	10,67
Garantia acesso à educação, à saúde e resp. social	4 564 557,00	14,39
Melhoria no ordenamento, habitação e seg. pública	2 736 688,00	8,63
Garantia dos abastecimentos coletivos e ambiente	8 010 433,00	25,26
Dinamização da cultura, do desporto e tempos livres	2 149 175,00	6,78
Beneficiação do tecido económico	9 868 111,00	31,12
Suporte das ativ. supramunicipais e op. financeiras	1 001 400,00	3,16
Total	31 712 864,00	100,00

Em comparação com o orçamento de 2023, o volume de recursos alocados a projetos incrementa-se em 35,1%, em boa parte decorrentes dos investimentos projetados na área da construção de habitação e na área dos abastecimentos coletivos e do ambiente.

12. As variações anuais do peso relativo de cada um dos subsectores considerados nunca são superiores a 5% (seja a variação positiva ou negativa), com exceção da área do Ordenamento do Território e Habitação que quase triplica o seu peso relativo face ao ano anterior.

13. Aliás, para além desta função, apenas a função relativa aos Abastecimentos Coletivos e Ambiente apresenta um peso relativo mais elevado, embora inferior a 1%. Todas as restantes funções apresentam pesos relativos menores, não porque as verbas tenham diminuído, mas porque o significativo acréscimo do peso da área da habitação necessariamente implicou o emagrecimento das restantes funções.

14. Realce-se que cerca de 73,5% das Despesas alocadas a projetos se referem a apenas três das áreas funcionais consideradas. Tal já acontecia no ano anterior, mantendo-se as áreas e o mesmo ordenamento. No entanto verifica-se agora uma maior aproximação das verbas consignadas a cada área funcional, sendo que o que mais se destaca é o acréscimo na função que agrega a área da habitação que passa de um peso relativo de 2,6% para 8,6%, equivalentes a um aumento de verba na ordem dos 2,1 milhões de euros.

15. A área de maior peso relativo continua a ser a Beneficiação do Tecido Económico. Para 2024, ao nível do PPI, destacam-se os projetos relativos à empreitada para a construção do Centro de apoio à divulgação do rio Sado (cerca de 1,04 milhões de euros), as Infraestruturas de Casebres (cerca de 700 mil euros) e a finalização do Estacionamento na margem sul (com 565 mil euros). Na mesma função, mas onerando as AMR não se deixa de evidenciar o peso da Energia elétrica que se espera atingir uma despesa na ordem dos 4,5 milhões de euros.

16. A segunda área com maior peso relativo ainda é a que se refere aos Abastecimentos Coletivos e Ambiente. Aqui importa destacar, onerando o PPI de 2024:

- O projeto relativo às Estações de tratamento de águas residuais, com uma dotação de cerca de 435 mil euros, verba necessária à reformulação do projeto de construção da ETAR de Foros de Albergaria, em face dos níveis freáticos encontrados no decurso da obra;
- A finalização da construção do Canil Municipal, com uma dotação de cerca de 430 mil euros.
- A remodelação da Conduta adutora de Rio de Clérigos, inserida em projeto dotado de 200 mil euros;

- O Arranjo urbanístico do bairro das Casas do Povo, com uma estimativa de 200 mil euros;
- A Reabilitação urbana do bairro Miguel Torga no Torrão, à qual vai afeta a verba de 400 mil euros.

Já do lado das AMR importa destacar os custos previstos com o Abastecimento de água, o qual se estima que possam ascender a mais de 3,6 milhões de euros, mas igualmente o custo afeto ao projeto relativo à Transferência e tratamento de resíduos sólidos urbanos, dotados de cerca de 680 mil euros.

17. Na função Garantia do Acesso à Educação, à Saúde e Resposta Social não se pode deixar de referir o investimento previsto no projeto Reabilitação do centro escolar dos Telheiros, com uma dotação superior a 1,9 milhões de euros, na expectativa de estarem ultrapassados os graves problemas de execução que têm onerado este investimento.

18. Finalmente, fora das áreas funcionais referidas, importa evidenciar o projeto relativo à Estratégia local de habitação, onde vai prevista uma dotação de 1,9 milhões de euros (e igual montante para 2025).

19. Como sempre, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2024-2028, partem da realidade conhecida com as condicionantes que a envolvem. Está concebido para atingir os objetivos que nos propusemos, maximizando os recursos e os apoios disponíveis, sempre com o objetivo final de melhorar a qualidade da vida dos nossos munícipes. Mas continuamos a viver tempos de enorme e crescente incerteza, como antes já se salientou. Volatilidade, tal como dito no ano transato, continua a ser a palavra conjuntural que define os tempos que vivemos.

Como sempre, um novo ano é, sobretudo, um novo desafio. O trabalho de todos, eleitos ou não, terá de ser o principal recurso para responder a este desafio.

Alcácer do Sal, 10 de novembro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Vítor Proença', with a horizontal line underneath the name.

Vítor Proença